

**ILMO SR. PREGOEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS,
RESPONSÁVEL PELO PROCESSO SEI Nº 19.16.3720.0006192/2019-16 E AUTORIDADE
COMPETENTE**

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 226/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E MONITORES AUXILIARES**

LENOVO COMERCIAL DE DISTRIBUIÇÃO LTDA., empresa com sede na Estrada Municipal José Costa de Mesquita, Módulo 11, Chácara Alvorada, Indaiatuba – São Paulo, CEP: 13.337-200, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 22.797.545/0001-03, vem à presença de V. Sa., com fundamento no art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002 e nas disposições da Lei nº 8.666/93, apresentar

RAZÕES RECURSAIS

em face da Classificação e Habilitação da empresa IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. CNPJ 05.333.907/0001-96 (doravante denominada simplesmente “IT-ONE” ou “Recorrida”), pelas razões de fato e de direito que seguem.

I. DA TEMPESTIVIDADE

1. Promulgada a decisão contra a qual ora se recorre, a Lenovo manifestou fundamentadamente seu interesse em recorrer tendo aceita sua intenção no dia 25.10.2019, às 16H33min. Assim, o prazo recursal de três dias úteis para apresentação das razões recursais, na forma do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, e conforme registrado em chat pelo Sr. Pregoeiro, esgota-se em 31 de outubro de 2019, quinta-feira, às 16H33min. O protocolo na presente data torna tempestivo o recurso, devendo ele ser conhecido quanto aos seus argumentos de mérito.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS

2. O presente recurso tem como fundamento impugnar a decisão da Comissão de Licitação que classificou como vencedora do Lote / Item 01 do Pregão Eletrônico nº 226/2019, para formação de registro de preços para aquisição de computadores e monitor auxiliares, no âmbito do MP-MG, a IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. (“IT-ONE”), CNPJ 05.333.907/0001-96, uma vez que tal empresa (i) ofertou bem que não cumpre as exigências dispostas no edital do certame; e (ii) deixou de apresentar documentação comprobatória exigida no edital do certame, conforme será adiante demonstrado.



II.I. Do Não Atendimento Às Exigências Técnicas Feitas no Certame

3. Após análise minuciosa das exigências técnicas constantes do edital, esclarecimentos realizados aos pretensos licitantes anteriormente à abertura da Licitação em comento, e na acurada verificação da proposta apresentada pela IT-ONE, verifica-se claramente o desatendimento a exigências técnicas fundamentais, o que impede que o objeto lhe seja adjudicado. Vejamos.

“22 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

LOTE 1

COD SIAD: 1708333

1. Microcomputador BÁSICO com Monitor multimídia.

Especificações mínimas:

...

1.13. Teclado

...

1.13.2. Teclado resistente ao derramamento de líquidos, com teclas impressas a laser ou tecnologia equivalente, resistentes à abrasão e uso contínuo.

...

1.13.4. Vida útil mínima de 20 milhões de toques.

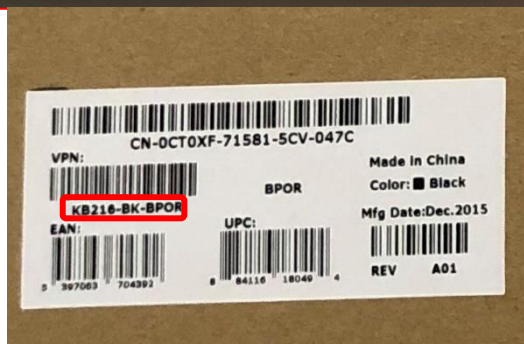
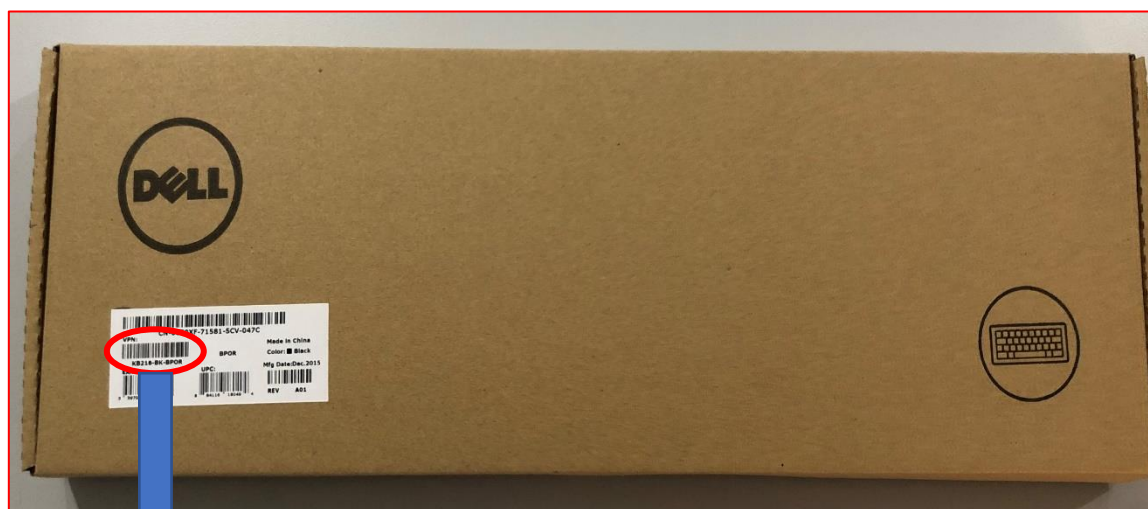
...”

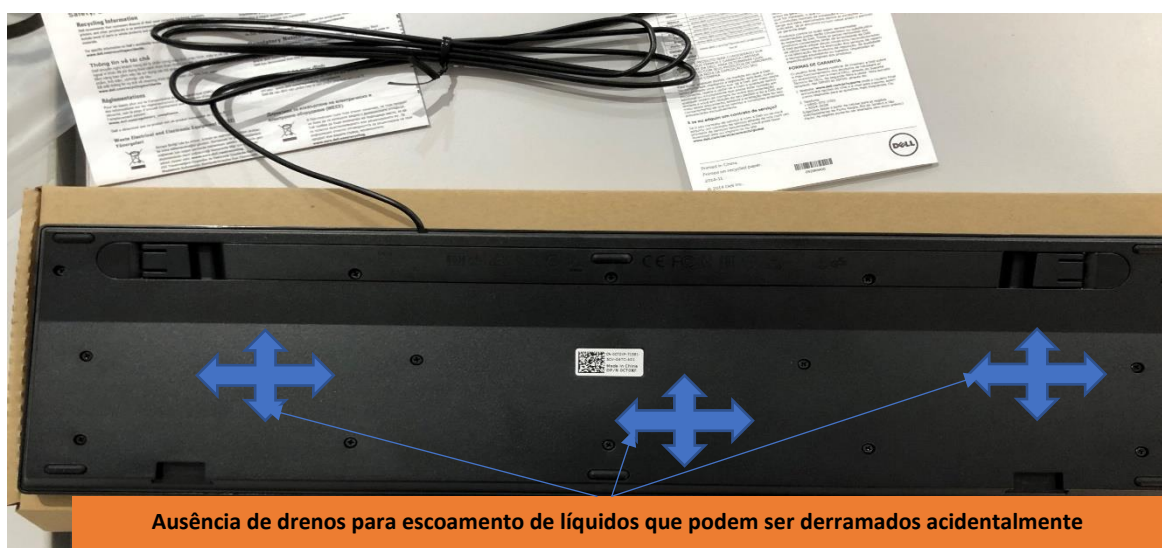
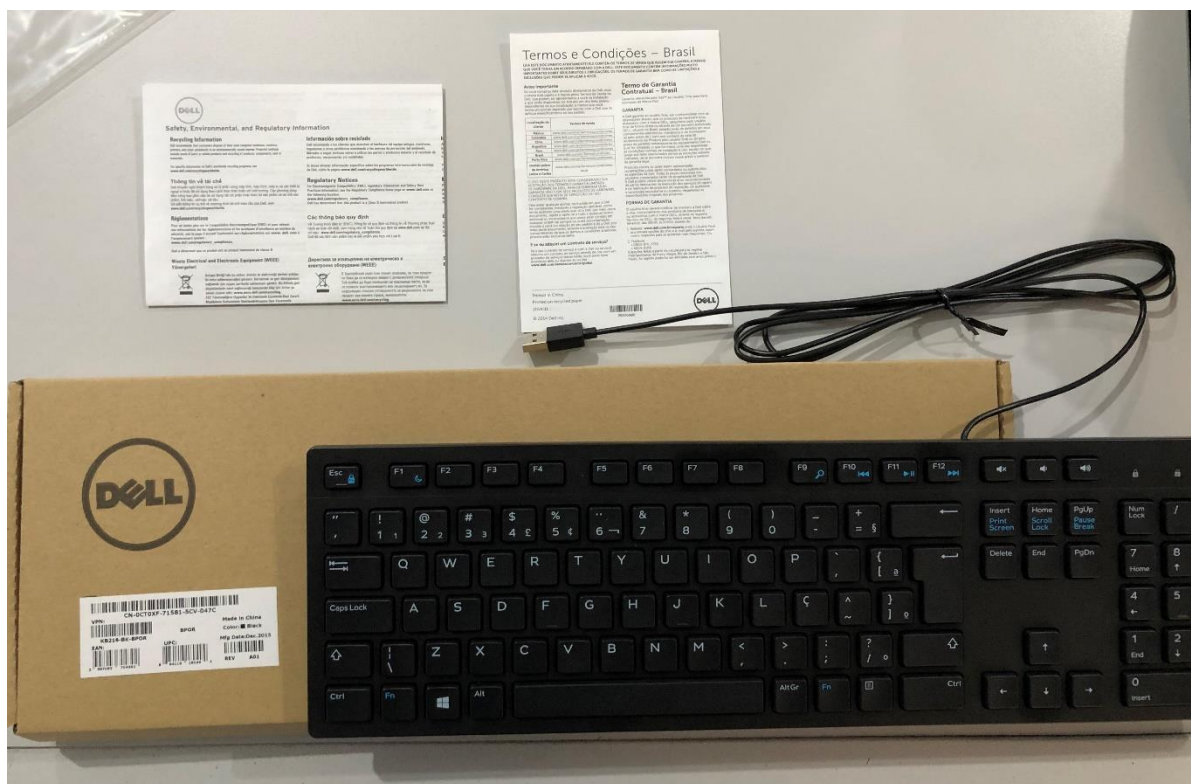
4. Apesar da instrução clara, de que o equipamento deve estar acompanhado de Teclado o qual, dentre as suas principais características, obrigatoriamente deve ser resistente ao derramamento de líquidos, e ter vida útil mínima de 20 milhões de toques, observamos que a IT-ONE ofertou produto em desacordo com a exigência editalícia e, conforme se exporá adiante, com qualidade inferior ao adequado atendimento do interesse público.
5. Conforme observado em sua proposta comercial, a qual fora confeccionada em desacordo com o ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA (PLANILHA DE PREÇOS), em sua p. 8 consta claramente o modelo de teclado ofertado, a saber, Teclado Multimídia Dell KB216 Preto – em português (Brasil), conforme recorte abaixo:

● Teclado Multimídia Dell KB216 Preto - em português (Brasil)

Informamos que este modelo de teclado não é resistente ao derramamento de líquidos. Isto é, não tem design com drenos abaixo do teclado, por meio do quais líquidos derramados acidentalmente sobre o acessório possam ser escoados, nem recurso resistente ao derramamento acidental de líquidos, evitando danos ao produto (danos esses que não seriam cobertos pela garantia). Em anexo apresentamos catálogo do produto KB216, constando claramente “Spill-Resistant Design = No”, que em tradução livre e direta significa “Desenho não resistente a respingos”. A seguir, apresentamos fotos do produto novo,

retirado de sua caixa/embalagem original, pelas quais pode se comprovar que o projeto deste acessório não prevê os drenos para resistência ao derramamento de líquidos.





A seguir, foto do folheto de Termos e Condições – Brasil, a respeito da garantia do produto, que segue na embalagem deste acessório. Na sequência, reproduz-se recorte ampliado das “Exclusões” mencionadas no referido termo. Isto é, das situações de dano causado ao produto não cobertas pela garantia, dentre as quais destacamos “Danos causados por mau uso, abuso, queda, negligência, imprudência e/ou imperícia” – circunstâncias nas quais se enquadra, precisamente, o derramamento acidental de líquidos.

Termos e Condições – Brasil

LEIA ESTE DOCUMENTO ATENTAMENTE E CONTEM OS TERMOS DE VENDA QUE REGEM SUA COMPRA. A MENOS QUE VOCÊ TENHA UM ACORDO SEPARADO COM A DELL. ESTE DOCUMENTO CONTEM INFORMAÇÕES MUITO IMPORTANTES SOBRE SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES, OS TERMOS DE GARANTIA, BEM COMO AS LIMITAÇÕES E EXCLUSÕES QUE PODEM SE APLICAR A VOCÊ.

Aviso Importante

Se você comprou este produto diretamente da Dell, essa compra está sujeita a e regida pelos Termos de Venda da Dell, que podem ser acessados a partir do link abaixo, dependendo da sua localização, a menos que você tenha um acordo separado por escrito com a Dell que se aplique especificamente ao seu pedido.

Localização do cliente	Termos de venda
México	www.dell.com/br/termoscondicoes
Colômbia	www.dell.com/br/termoscondicoes
Chile	www.dell.com/br/termoscondicoes
Argentina	www.dell.com/br/termoscondicoes
Peru	www.dell.com/br/termoscondicoes
Brasil	www.dell.com/br/termoscondicoes
Porto Rico	www.dell.com/br/termoscondicoes
Demais países da América Latina e Caribe	www.dell.com/br/termoscondicoes local

O USO DESTA PRODUTO SERÁ CONSIDERADO SUA ACEITAÇÃO DOS TERMOS E GARANTIA LIMITADA DE HARDWARE DA DELL. PARA DETERMINAR QUAL GARANTIA VAI COM SEUS PRODUTOS DE HARDWARE, CONSULTE SUA NOTA DE EXPEDIÇÃO OU SEU CONTRATO DE COMPRA.

Para evitar qualquer dúvida, na medida em que a Dell for considerada, mediante a legislação aplicável, como tendo aceitado uma oferta sua (a Dell, por meio deste documento, rejeita e opõe-se a todo e qualquer termo adicional ou inconsistente que possa estar contido em qualquer ordem de compra ou outra documentação enviada a você em relação ao seu pedido e à Dell, por meio deste documento, estipula a aceitação dela do seu consentimento de que os termos e condições anteriores prevalecerão exclusivamente.

E se eu adquirir um contrato de serviço?

Se o seu contrato de serviço é com a Dell ou se você adquiriu um contrato de serviço através de nós com um provedor de serviços terceiro, você pode fazer download dele ou imprimi-lo no site www.dell.com/servicecontracts/globol.

Termo de Garantia Contratual – Brasil

Garantia oferecida pela Dell™ ao Usuário Final para itens opcionais da Marca Dell

GARANTIA

A Dell garante ao usuário final, em conformidade com as disposições abaixo, que os produtos de hardware e/ou acessórios com a marca DELL, adquiridos pelo usuário final de forma direta ou através de um parceiro autorizado DELL, situado no Brasil, estarão livres de defeitos em seus componentes eletrônicos, mecânicos e de montagem: (a) pelo prazo de 1 (um) ano contado da data de recebimento do Produto pelo usuário final ou (b) pelo prazo da garantia remanescente do equipamento Dell no qual for instalado, o que for maior, uma vez respeitadas as condições normais de instalação e uso, exceto no que tange aos itens relacionados dentro as exceções abaixo indicadas. Já se encontra incluso nesse prazo o período de garantia legal.

Produtos contra os quais sejam apresentadas reclamações justas serão consertados ou substituídos às expensas da Dell. Todas as peças removidas dos produtos consertados serão de propriedade da Dell. A Dell poderá utilizar peças novas e/ou reconhecidas de vários fabricantes na execução dos serviços de reparo e na fabricação de produtos de reposição, de qualidade e tecnologia equivalente ou superior, respeitadas as especificações originais dos produtos.

FORMAS DE GARANTIA

O usuário final deverá notificar de imediato a Dell sobre o mau funcionamento dos produtos de hardware e/ou acessórios com a marca DELL, através do Suporte Técnico da DELL, de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 08h00 às 20h00, através de:

1. Website: www.dell.com/br/suporte onde o Usuário Final encontrará opções de chat e e-mail para suporte, assim como respostas para as questões mais frequentes. Ou
2. Telefone: +0800-970-3355 ou +4004-0109

(ligações feitas a partir de celular para as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. As regiões poderão ser atendidas sem aviso prévio.)

Assistência Técnica no Local:

Se o produto adquirido possuir o serviço de Assistência Técnica no Local e houver um problema com o produto, o usuário final deverá inicialmente contatar o Suporte Técnico da DELL, conforme descrito acima.

Uma vez que o problema tenha sido diagnosticado, o técnico da DELL, informará o usuário final a respeito dos próximos passos. Se a substituição de algum componente for necessária, o provedor de serviços autorizado DELL agendará com o usuário final uma visita no local, de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 08h00 às 18h00.

A visita do técnico poderá ocorrer a partir do próximo dia útil, dependendo da região geográfica do usuário final e da disponibilidade imediata das peças para o reparo.

Assistência Técnica no Centro de Reparos Dell ou através de envio pelo correio dependendo de sua cidade:

Se o produto adquirido possuir o serviço de Assistência Técnica no Centro de Reparos Dell ou através de envio pelo Correio dependendo de sua cidade e houver algum problema com o produto, o usuário final deverá inicialmente contatar o Suporte Técnico da DELL, conforme indicado acima.

Uma vez que o problema tenha sido diagnosticado, o técnico da DELL informará o usuário final a respeito dos próximos passos. Se a substituição de algum componente for necessária, o técnico da DELL indicará ao usuário final ou nas agências de Correios, para as demais localidades.

O usuário final deverá levar o produto ao Centro de Serviços antes das 17h00 do horário local para que o serviço possa ser iniciado ainda no mesmo dia, assim como preencher e assinar os formulários necessários, para o reparo.

Caso o produto seja entregue ao Centro de Serviços após as 17h00, o serviço será iniciado a partir do dia seguinte.

No caso de conserto no Centro de Reparos em São Paulo, o técnico responsável entrará em contato com o usuário final em até 15 (quinze) a 20 (vinte) dias úteis para informar sobre a realização do conserto e a disponibilidade para a retirada do produto do Centro de Reparos. No momento da retirada do produto, o usuário final deverá assinar o comprovante de que o serviço foi realizado com sucesso.

Caso não haja um Centro de Serviços na cidade do usuário final, o técnico da DELL indicará uma agência dos Correios a fim de que possa ser despachado o produto para reparo por Correios, sem ônus, desde que seja guardada a caixa original do produto.

O usuário final receberá o equipamento consertado na sua residência em até 15 (quinze) a 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de entrega nos Correios.

ATENÇÃO: O usuário final deverá verificar a lista de cidades onde os Centros de Reparos DELL operam. Caso a cidade do Usuário Final não seja São Paulo, Barueri e Guarulhos, deverá ser guardada a embalagem original do equipamento para que este possa ser remetido ao Centro de Reparos pelos Correios. Se não for guardada a embalagem original do equipamento, o Usuário Final deverá providenciar por sua conta e risco outra embalagem adequada para o envio do equipamento por correios ou adquiri-la nos Correios.

RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO FINAL

Fornecer ao pessoal técnico da Dell acesso aos equipamentos e softwares. Caso existam restrições de segurança que se apliquem a alguns ou a todos os sistemas do usuário final que necessitem receber assistência técnica em virtude desta Garantia Contratual, a Dell poderá solicitar ao usuário final que esta tome as medidas necessárias para permitir a DELL oferecer a assistência técnica adequada, sem comprometer a segurança, integridade e confidencialidade de qualquer informação ou dado que esteja armazenado no equipamento e/ou em qualquer software do usuário final.

Notificar a Dell sobre qualquer perigo potencial quanto à segurança ou à saúde que possa existir nas instalações do usuário final, assim como proporcionar e/ou recomendar os procedimentos de segurança que devem ser seguidos, caso sejam aplicáveis.

Proporcionar, caso seja necessário e sem nenhum encargo para a Dell, um espaço de trabalho adequado e acesso a meios de comunicação que se sejam requeridos à execução dos serviços.

Mantiver atualizada uma cópia de segurança (back up) de todos os dados existentes, sistemas operacionais e outros programas de software pertencentes ao usuário ou instalados nos produtos marca DELL, antes de receber atendimento do técnico autorizado DELL, mesmo que este atendimento seja realizado apenas por telefone.

Garantir a presença de uma pessoa responsável ou de um funcionário durante a execução do serviço.

Fornecer meios de gravação e armazenamento necessários à execução dos serviços, bem como aparelhos de comunicação de dados (modem) e linhas telefônicas e/ou conexões de rede quando requeridos para execução de serviços a distância por via eletrônica (acessos eletrônicos remotos).

Em caso de Serviço de Assistência Técnica no Centro de Reparos Dell ou através de envio pelo Correio:

a. Guardar a caixa original do equipamento.

b. Encaminhar o equipamento ao Centro de Reparos DELL em São Paulo ou à Agência dos Correios indicada pela DELL, assim como retirar o equipamento do referido Centro de Reparos assim que o reparo tiver sido concluído.

c. Encaminhar ao Centro de Reparos DELL, juntamente com o equipamento, todos os componentes indicados pelo técnico autorizado da DELL, tais como cabo de força e bateria, entre outros.

Printed in China
Printed on recycled paper.
2014-11

© 2014 Dell Inc.



092000400



EXCLUSÕES

Os seguintes itens, entre outros compatíveis com o ora exposto, não estão cobertos pela garantia:

- Desgaste natural por uso
- Partes consumíveis, tais como baterias não-recarregáveis, bolsas, maletas, etc;
- Programas de computador (software), exceto no tocante a termos e prazos especificados na legislação brasileira aplicável;
- Limpeza, reparos cosméticos ou desgaste resultante do uso normal dos produtos;
- Danos causados por mau uso, abuso, queda, negligência, imprudência e/ou imperícia;
- Danos causados por armazenamento ou uso em condições fora das especificações indicadas pela Dell;
- Danos causados por equipamentos que produzam ou induzam interferências eletromagnéticas ou ainda por problemas de instalação elétrica em desacordo com as normas ABNT;
- Danos causados por programas de computador (software), acessórios ou produtos de terceiros adicionados a um produto de marca Dell;
- Danos causados pela instalação, uso ou manutenção imprópria ou inadequada realizada pelo próprio Usuário Final ou por terceiros não autorizados pela DELL. Danos causados por agentes da natureza como descargas elétricas (raios), inundações, incêndios, desabamentos, terremotos, entre outros;

Min

6. Ainda sobre o teclado ofertado, vale observar a exigência mínima do edital “1.13.4. Vida útil mínima de 20 milhões de toques”. Conforme o próprio edital prescreve, no item 1.16.8, “Fornecer Catálogo técnico oficial do produto que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital. Caso os Catálogos Técnicos apresentados omitam alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e seus Anexos, **deverá ser anexado aos mesmos a declaração do fabricante, completando estas informações, em Português**” {grifo nosso}. Ao analisar, em detalhe, a documentação apresentada pela IT-ONE, não se verifica nem manual técnico ou catálogo do produto ofertado; nem, tampouco, declaração do fabricante apontando a resistência mínima (ou durabilidade) correspondente. Tais evidências consistem em mais uma prova contundente de que, a rigor, foi ofertado teclado em desacordo com a exigência editalícia. Por esse motivo, tal produto sequer pode figurar como oferta válida e aceitável, em plena observância ao dever legal e administrativo de vinculação ao instrumento convocatório (Lei Federal nº 8.666/1993, art. 41).
7. Para melhor comprovação dos fatos expostos anteriormente, apresentamos informação coletada no site da fabricante DELL (<https://www.dell.com/pt-br/work/shop/compare?ocs=331-9897,580-adin>), onde há a possibilidade de se comparar as características dos diferentes tipos de teclados fornecidos pela empresa. Conforme abaixo, selecionando-se o modelo KB522 (de uso empresarial) e o ofertado pela IT-ONE KB216, é claro e inquestionável que o modelo KB216 não é resistente ao derramamento de líquidos, a saber:



Estilo de teclas	
Chiclette	
Dimensões (LxPxA)	
44.7 cm x 14.99 cm x 2.54 cm	44.2 cm x 12.7 cm x 2.44 cm
Recursos	
Descanso da mão, USB 2.0 hub de 2 portas, <u>resistente a derrame</u>	

8. Conforme arguido, inicialmente, a imprudência da IT-ONE, ao não adotar o modelo de proposta informado no ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA (PLANILHA DE PREÇOS), incitou a proponente a cometer equívoco quanto ao atendimento à exigência editalícia, colocando em xeque a efetiva garantia de 60 (sessenta) meses a ser devidamente prestada pelo fabricante – e não (frise-se!) pela proponente, nos termos do edital (itens 10, 10.1 e 10.1.1), considerando-se que sequer se apresentaram dados suficientes a respeito da assistência técnica local (do fabricante ou sua autorizada técnica), conforme assim o exige o quadro de proposta no Anexo III (recorte abaixo).

2.5.3) A garantia será prestada por empresa credenciada pelo fabricante, preferencialmente situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH – LC Nº 63/02), sendo indicada(s):

Empresa (razão social):	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

9. Cumpra-se DESTACAR que em relação a exigência contida no “**ANEXO VIII – Termo de Referência – item 10.1.4**” onde estabelece que “*Quando o licitante não for o próprio fabricante, a garantia do fabricante for menor que o estipulado na especificação 10.1.1 e o licitante fornecer uma “extensão de garantia”, “prazo de garantia estendido” ou “modalidade de prestação de serviços para atendimento on-site e/ou tempos de reparo”, o licitante deverá informar na proposta comercial o respectivo código junto ao fabricante dos serviços adicionais incluídos. Para comprovação, poderá ser apresentado pelos licitantes e/ou fabricantes declaração ou outro documento informando sobre os prazos de atendimento/reparo, ou, se couber, o Partnumber do serviço ofertado*” (negrito nosso) em nenhuma documentação apresentada há a informação e/ou código do fabricante e/ou menção por parte do fabricante (que é o prestador/executor da garantia) que o tempo de reparo será em até 48 horas conforme estabelecido no item 10.1.8.

III. DO DIREITO

10. A manutenção da decisão da comissão de licitação em favor da IT-ONE representa violação aos princípios da vinculação ao edital (Lei Federal 8.666/1993, art. 41) e do princípio constitucional da isonomia (Constituição Federal/1988, art. 37, *caput*), os quais devem reger todo o procedimento licitatório.
11. O edital de licitação é a norma norteadora do certame e seu estrito cumprimento é essencial para que seja garantida a isonomia entre todos os licitantes. Nesse esteio, o edital vincula a Administração Pública, que, uma vez tendo tornado público o instrumento, se torna vinculada ao mesmo. É essa a inteligência do artigo 41 da Lei federal nº 8.666/93, que corrobora:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (g.n.)

12. Hely Lopes Meirelles, ao tecer comentários sobre o tema, em seu “*Direito Administrativo Brasileiro*” observa:

“Estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento”. (g.n.)

13. No mesmo sentido é o entendimento de José dos Santos Carvalho Filho, que afirma: *“o edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes”*¹.
14. A vinculação ao edital enquanto princípio é posta no artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ao lado de outros princípios fundamentais do certame, como a isonomia, a impessoalidade e a publicidade. Confira-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

15. Insta ressaltar que a atividade da comissão de licitação não possui natureza discricionária. A rigor, se trata de atividade vinculada – em verdade, estritamente vinculada

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 226.

e adstrita às disposições editalícias. É essa a inteligência do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

16. Tão relevante é a observância do princípio, que a sua não observância é capaz de eivar toda a licitação do vício da nulidade².

17. Como observa Marçal Justen Filho,

“Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. (...) Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa)”³.

18. Ademais, o artigo 43, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993 é claro ao afirmar que a licitação será processada e julgada de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital⁴.

19. Paralelamente, são os critérios presentes no instrumento editalício que servem de balizas à formulação das propostas pelos licitantes. Sob essa égide, a posterior aceitação pelo ente administrativo de um objeto que não atende a todas as exigências originalmente formuladas no edital **implica no prejuízo, a um só tempo, tanto do interesse público, quanto aos interesses dos demais participantes do certame**, que formularam suas propostas e calcularam seus preços com base naqueles requisitos originais, violando a isonomia. É nesse sentido a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, **se for aceita***

² Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro é incisiva ao afirmar tratar-se de “trata-se de princípio essencial cuja **inobservância enseja nulidade do procedimento**”. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense. 306. ed., 2017, p. 425.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo: Dialética, 13. ed. 2009, p. 543.

⁴ Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou⁵(g.n.).

20. Ao realizar uma licitação, o ente administrativo está não apenas buscando realizar a melhor contratação (contratar o melhor objeto pela melhor oferta), mas, também, permite a todos os particulares a oportunidade de com ele contratar, celebrando os princípios da impessoalidade e da isonomia. Nesse sentido, afirma Di Pietro:

*“o princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais”*⁶.

21. Ao se afastar do edital e direcionar sua vontade a um licitante em específico, favorecendo sua proposta em contrariedade ao que dispõe o edital, bem como deixando de exigir laudos e documentações comprobatórias, estará a Administração licitante agindo de modo parcial e violando a isonomia entre os concorrentes.

22. Ademais, não seria coerente que o Poder Público fixasse no edital, nas respostas aos esclarecimentos e na diligência, o modo e a forma de participação dos licitantes e as condições para a elaboração das ofertas; e, no decorrer do procedimento ou na ocasião do julgamento, se afastasse do que havia sido estabelecido originalmente para vir a admitir documentação e/ou proposta em desacordo com o solicitado.

23. Dessa forma, diante da inadequação da proposta da Licitante IT-ONE (ora recorrida), com base no edital e pelas razões de direito ora expostas, impõe-se a desclassificação pela comissão de licitação, na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, sob pena de esta Comissão estar incorrendo em frontal violação ao mesmo diploma legal.

IV. DO PEDIDO

24. Em face do exposto nas presentes razões recursais, requer:

a) seja o presente recurso administrativo admitido e conhecido, no mérito, reconsiderando-se a decisão ora recorrida, para fins de desclassificação da empresa IT-ONE, ou, caso contrário:

⁵ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense. 306. ed., 2017, p. 425.

⁶ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense. 306. ed., 2017, p. 416.

b) sejam, pela Ilmo. Sr. Pregoeiro, as presentes razões de recurso remetidas à autoridade superior, na forma de recurso hierárquico, para análise, conhecimento e consequente modificação da decisão ora recorrida.

Termos em que pede deferimento.


Cristiano Ledo Barbosa Cruz
Representante Legal

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2019.

